



ÍNDICE

CAPÍTULO I	1
INTRODUÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO	1
ESTRUTURA DAS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO	4
CAPÍTULO II	10
1. FUNÇÕES GERAIS	10
1.1 - SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10
1.2 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	11
2. FUNÇÕES SOCIAIS	12
2.1 - EDUCAÇÃO	12
2.2 - SAÚDE	14
2.3 - ACÇÃO SOCIAL	14
2.4 - HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	17
2.5 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	25
3. FUNÇÕES ECONÓMICAS	32
3.1 - INDÚSTRIA E ENERGIA	32
3.2 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	33
3.3 - COMÉRCIO E TURISMO	36
4. OUTRAS FUNÇÕES	40
4.1 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	40
CAPÍTULO III	41
ORÇAMENTO	
OPÇÕES DO PLANO	

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

NOTA PRÉVIA

O regime contabilístico das autarquias locais – POCAL, que entrou em vigor no decorrer do ano de 2002, começa agora a ficar consolidado, na medida em que toda a problemática relacionada com os programas informáticos e os constrangimentos de ordem técnica têm sido sistematicamente objecto de apreciação e aperfeiçoamento pelas entidades responsáveis, designadamente pela AIRC e SATAPOCAL.

Não estando ainda o sistema completamente perfeito, as Opções do Plano e Orçamento elaborados com tal suporte informático contêm um aumento substancial de informação, principalmente ao nível dos investimentos, procurando-se registar o máximo de elementos históricos das empreitadas: dados temporais e registos de execução financeira.

Convém, contudo, referir, que devido à falta de flexibilidade dos sistemas informáticos e sendo as regras, subjacentes ao diploma orientador, gerais e abstractas, nos investimentos que se encontravam em curso à data da implementação do novo sistema contabilístico, principalmente os de maior dimensão e complexidade, quer porque envolveram várias empreitadas, quer porque sofreram os efeitos de diferentes classificações económicas/contabilísticas ao longo da sua execução, o valor histórico dessas empreitadas não se encontra preenchido.

Sublinhe-se que o processo de planeamento e programação da actividade é, por natureza, um processo dinâmico e em permanente ajustamento.

INTRODUÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A elaboração dos documentos previsionais de gestão - Grandes Opções do Plano e Orçamento – é um momento de grande importância na vida de uma autarquia. É o momento de se definirem ou redefinirem estratégias, e de se estabelecerem prioridades em face das receitas esperadas, para o ano a que estes documentos dizem respeito.

Trata-se de balizar, após análise da experiência do ano anterior, com dotações perfeitamente definidas, os objectivos que a autarquia se propõe realizar.

Para 2005, do valor global do Orçamento 75.333.984 €, as propostas constantes das Grandes Opções do Plano totalizam um valor na ordem dos 46.136.136 euros, com a seguinte estrutura:

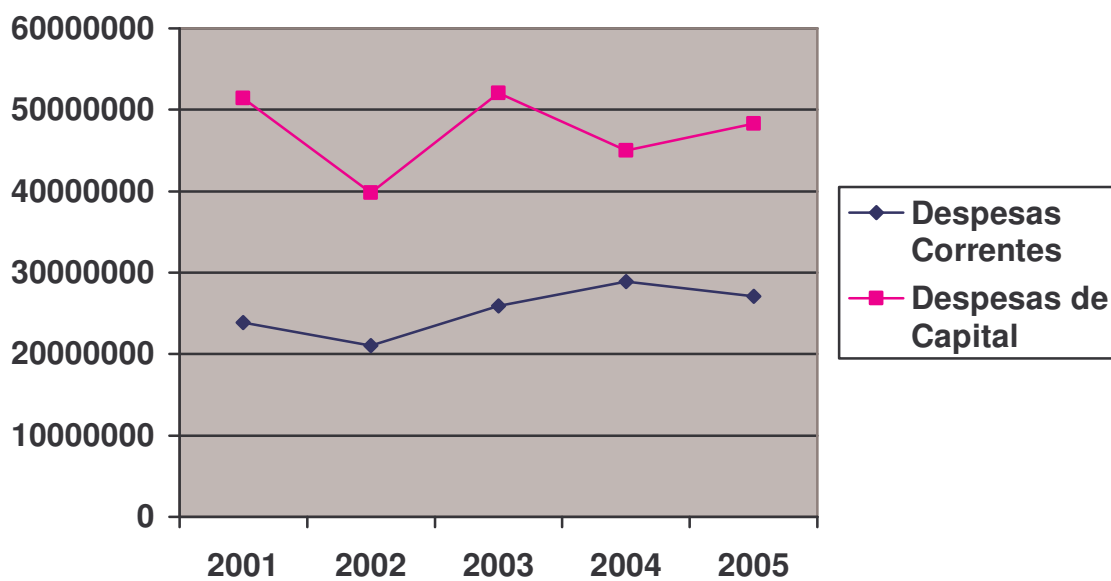
- O montante da Dotação total é de 75.333.984 euros, o que representa um acréscimo de 1,9% relativamente ao ano de 2004.

- As Despesas Correntes previstas – 27.056.868 euros, representam cerca de 36% do total do Orçamento, tendo diminuído face ao ano anterior mais de 6%, isto é, 1.829.493 €.

- As Despesas de Capital previstas - 48.277.116 euros, representam cerca de 64% do montante total do Orçamento para o ano de 2005, registando um aumento de 3.265.170 de euros, isto é, mais 7,3% em relação ao ano anterior.

GRÁFICO DO ORÇAMENTO

2001-2005



Nas páginas seguintes dar-se-á conta da estrutura do Orçamento para o ano 2005.

ESTRUTURA DAS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

O Orçamento, em termos globais, é de 75.333.984 Euros e a sua estrutura é apresentada no quadro seguinte.

QUADRO I

(em euros)

	Receita	%	Despesa	%
Correntes	42.016.194	55,8	27.056.868	35,9
Capital	33.317.790	44,2	48.277.116	64,1
Total	75.333.984	100,0	75.333.984	100,0

As receitas previstas, no valor de 75.333.984 euros, irão ser aplicadas do seguinte modo:

Despesas Correntes	27.056.868 euros
Grandes Opções do Plano	46.136.136 euros
Amortização de passivos financeiros e Outras	2.140.980 euros

A despesa corrente representa 35,9% da despesa global e 64,4% da receita corrente. O diferencial existente entre a Receita Corrente e a Despesa Corrente, a que chamamos de poupança corrente é sempre um valor relevante em termos económicos e assume neste orçamento 35,6% da receita corrente.

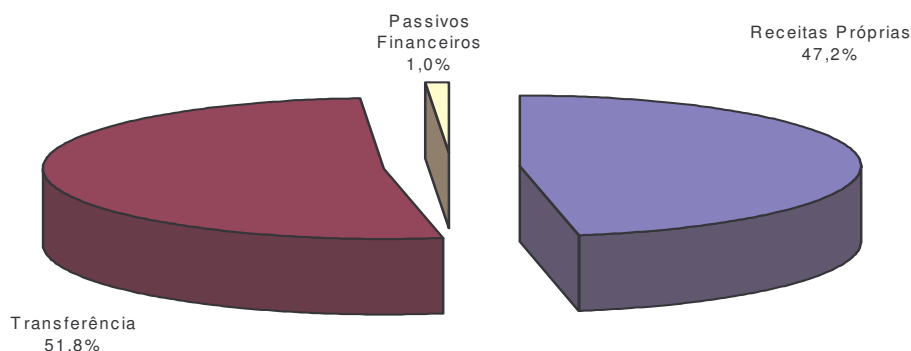
As receitas totais podem ser desdobradas em três grandes grupos, que o quadro II sintetiza nos termos seguintes:

QUADRO II

RECEITAS TOTAIS

(em euros)

Receitas	Correntes	%	Capital	%	Totais	%
Receitas Próprias	26.653.000	63,4	8.940.000	26,8	35.593.000	47,2
Transferência	15.363.194	36,6	23.631.820	70,9	38.995.014	51,8
Passivos Financeiros			745.970	2,2	745.970	1,0
Total	42.016.194	100,0	33.317.790	100,0	75.333.984	100,0



As receitas próprias correntes, das quais fazem parte os impostos directos, são sem dúvida uma das mais importantes fontes de financiamento do orçamento.

As transferências, tanto corrente como de capital, provenientes do Orçamento de Estado, designadamente o Fundo Geral Municipal, o Fundo Coesão Municipal e o Fundo Base Municipal são receitas que, tanto pela sua grandeza como pela periodicidade com que são transferidos, assumem um papel preponderante na actividade financeira da autarquia.

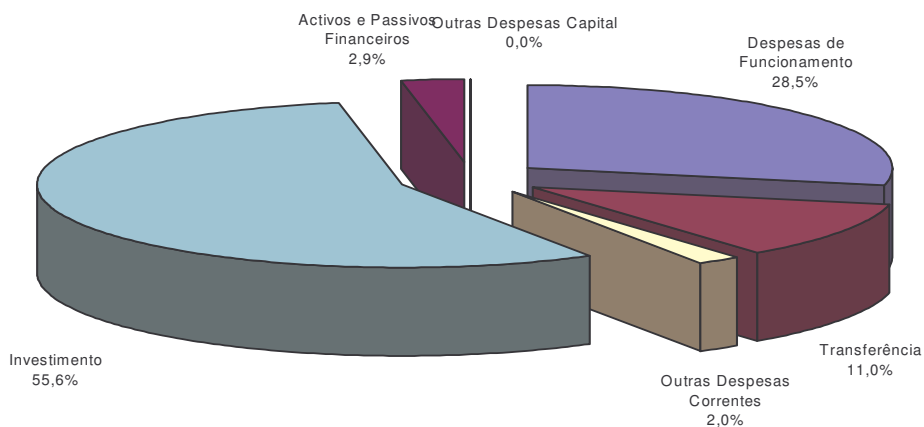
O orçamento da despesa, subdividido em grandes grupos económicos, permite concluir que, do total da despesa, 28,5% serão despesas de funcionamento, enquanto 55,6% será investimento directo da autarquia. Os activos e passivos financeiros absorvem 2,9%.

QUADRO III

DESPESAS TOTAIS

(em euros)

Despesas	Correntes	%	Capital	%	Totais	%
Despesas de Funcionamento	21.443.998	79,3			21.443.998	28,5
Transferência	4.132.000	15,3	4.189.586	8,7	8.321.586	11,0
Outras Despesas Correntes	1.480.870	5,5			1.480.870	2,0
Investimento			41.900.550	86,8	41.900.550	55,6
Activos e Passivos Financeiros			2.184.980	4,5	2.184.980	2,9
Outras Despesas Capital			2.000	0,0	2.000	0,0
Total	27.056.868	100,0	48.277.116	100,0	75.333.984	100,0



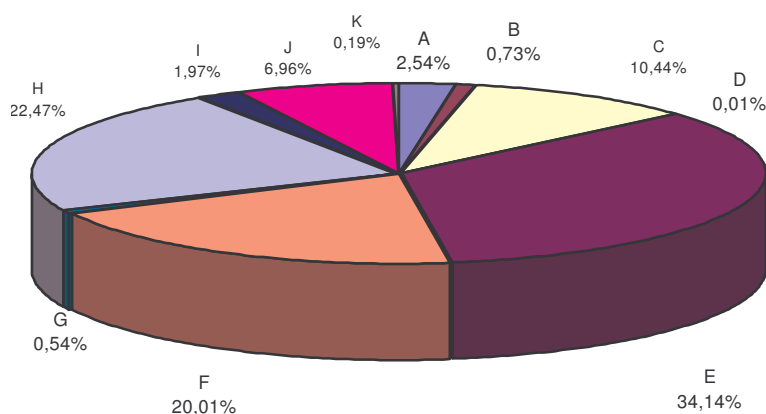
ESTRUTURA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2005 apresentam basicamente a seguinte estrutura:

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

(46.136.136 euros)

A	Serviços Gerais da Administração Pública
B	Segurança e Ordem Pública
C	Educação
D	Saúde
E	Habituação e Serviços Colectivos
F	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos
G	Indústria e Energia
H	Transportes e Comunicações
I	Comercio e Turismo
J	Transferências entre Administrações
K	Diversas não Especificadas

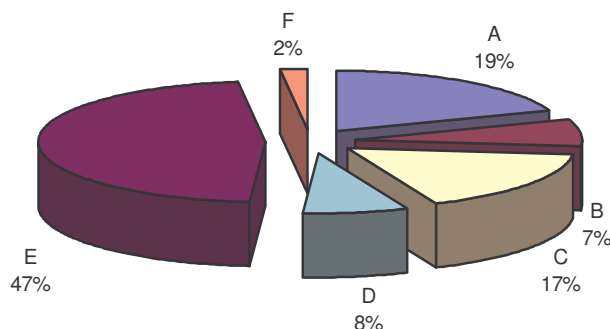


O valor das Grandes Opções do Plano atinge o montante de **46.136.136 euros** e está distribuído de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Executivo para o desenvolvimento do Concelho. O quadro seguinte é apresentado por grandes objectivos e programas e contém os pesos relativos no total das Grandes Opções do Plano.

RESUMO DAS OPÇÕES DO PLANO

Objectivos/Programa	Valor (euros)	%
Funções Gerais	1.507.415	3,27%
Serviços Gerais da Administração Pública	1.172.415	
Segurança e Ordem Públicas	335.000	
Funções Sociais	29.801.636	64,59%
Educação	4.815.813	
Saúde	3.000	
Habituação e Serviços Colectivos	15.751.836	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	9.230.987	
Funções Económicas	11.528.499	24,99%
Industria e Energia	251.000	
Transportes e Comunicações	10.367.861	
Comércio e Turismo	909.638	
Outras Funções	3.298.586	7,15%
Transferências entre Administrações	3.211.586	
Diversas não Especificadas	87.000	
TOTAIS	46.136.136	100,00%

Financiamento das Grandes Opções do Plano (46.136.136 euros)



A	F. Geral Municipal/F. Coesão Municipal/F. Base Municipal (Capital)
B	Orçamento de Estado (Outras)
C	Fundo Comunitários
D	Fundos e Serviços Autonomos
E	Autofinanciamentos
F	Outras

O financiamento das Opções do Plano para o ano de 2005 será assegurado pela participação no Fundo Geral Municipal, no Fundo de Coesão Municipal e no Fundo Base Municipal em 19,5%, por comparticipação do Orçamento de Estado em 7,2%; por Fundos Comunitários em 16,8%; por Fundos e Serviços Autónomos em 7,7%; por autofinanciamento em 46,9% e outros recursos 1,8%.

Nas páginas seguintes são apresentadas as opções políticas que se pretendem concretizar nas diversas vertentes da actuação municipal, designadamente, ao nível da educação, cultura, desporto, planeamento urbanístico, desenvolvimento das redes de comunicação, saneamento e abastecimento público.

ANÁLISE SECTORIAL DAS OPÇÕES DO PLANO

1. FUNÇÕES GERAIS

1.1 – SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- **INSTALAÇÕES**

A procura de maiores níveis de eficiência, no quadro sempre presente de uma governação autárquica de grande exigência na optimização dos recursos financeiros, determina a utilização de instalações adequadas ao funcionamento dos Serviços Municipais.

Neste contexto, dar-se-á início à recuperação do prédio sito na Rua Fernando de Magalhães, para nele ser instalado o Gabinete do Centro Histórico, bem como de outros edifícios, situados na Rua Duques de Bragança e Rua de S. Francisco, todos dentro do Centro Histórico de Barcelos.

- **MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Prosseguirá a tarefa de dotar os serviços com as ferramentas - equipamentos e software – apropriados ao desempenho das suas funções, numa perspectiva de atingir maiores níveis de eficiência e rigor.

1.2 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

1.2.1 – PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS

A pressão à qual as zonas florestais em espaços de grandes dinâmicas demográficas e económicas são submetidas, assim como a tercerização das actividades empregadoras da população activa levantam problemas graves.

Esta realidade pode ser encontrada no concelho de Barcelos. Nas zonas de ocupação social mais compacta e mais densamente povoadas, existe um perigo maior de deflagração de fogos florestais – proximidade de actividades humanas da floresta. Nas zonas mais rurais, o abandono das práticas agro-florestais provoca a degradação destes espaços e aumenta significativamente o risco destes incêndios.

Nestes pressupostos, a autarquia deverá dispor de meios logísticos e de capacidade capazes de desencadear acções que constituam a resposta adequada da Administração a esta problemática.

Para o efeito, a Câmara Municipal, através do Gabinete Técnico Florestal, apoiado pela Agência Para a Prevenção de Incêndios Florestais, promoverá a elaboração do Plano de Defesa da Floresta.

Acresce ainda o desenvolvimento de acções no domínio da Vigilância Móvel Motorizada para detecção precoce dos incêndios. Aguarda ainda a aprovação a candidatura oportunamente efectuada no âmbito do Programa AGRIS – Medida 3 - para Operações de Silvicultura Preventiva, concretamente na limpeza de matos, ao longo de um conjunto de vias florestais. Pretende-se criar áreas com menor carga calorífica, de forma a possibilitar que, em caso de incêndio, o fogo possa ser contido nos limites desses espaços.

2. FUNÇÕES SOCIAIS

2.1 - EDUCAÇÃO

O desenvolvimento dos municípios está directamente associado à sua capacidade de imprimir qualidade na formação e na educação das suas populações.

Uma política autárquica de desenvolvimento sustentado deverá perspectivar a escola com espaço por excelência da acção educativa. A escola não pode ser um sistema fechado sobre si mesmo, antes deve alargar a sua acção às experiências comunitárias da sociedade em que se insere, bem como, à prática do ensino enquanto experiência continuada constante, ao longo da vida dos indivíduos.

A educação é, numa perspectiva abrangente, o sustentáculo do desenvolvimento humano, é a condição imprescindível de uma sociedade de conhecimento e informação, fomentadora da valorização e do respeito pela dimensão humana em todos os processos sociais e económicos.

Pretende-se, agora, uma gestão escolar mais humanizada, que tem em conta, em termos estratégicos, a análise e a previsão da evolução de variáveis sociais, demográficas, económicas, políticas e culturais, permitindo harmonizar, de forma estratégica e planeada, os objectivos globais da educação com os interesses, necessidades, restrições e potencialidades, inerentes à realidade do concelho de Barcelos.

Por isso, a concretização da gestão educativa municipal, muito mais do que pensar e perspectivar a rede educativa concelhia, pretende lançar as bases para um debate alargado, que permita uma visão prospectiva e pró-activa, na determinação do rumo a seguir pelos organismos escolares, cuja localização, equipamentos, recursos (humanos e físicos), organização,

funcionamento, práticas, valências e competência, fundamentam o sucesso ou o insucesso no alcance dos objectivos maiores da acção educativa. Estes objectivos concretizam-se no desenvolvimento dos educandos do ponto de vista social, técnico, académico e humano, proporcionando a aquisição de competências indispensáveis à vida em sociedade.

Assumindo que a educação é um sector estratégico vital para o desenvolvimento do nosso concelho, para o desenvolvimento do nosso país e para o futuro das novas gerações, a Câmara de Barcelos, no quadro dos deveres e das competências legais que estão atribuídas aos municípios, assume como principais, os seguintes dois eixos de actuação para o sector: combate ao insucesso e abandono escolar; aposta continuada na melhoria da qualidade dos edifícios escolares.

Para combater o insucesso e abandono escolar preconizamos duas medidas – apoio pedagógico extra-lectivo e implementação de programas de apoio à comunidade, intervindo junto de pais, encarregados de educação e alunos. Por outro lado, reforçaremos a aposta na informática e novas tecnologias, dotando as escolas de mais 319 computadores, software educativo, bem como sistema de banda larga.

Quanto aos espaços físicos, continuaremos o esforço que temos vindo a desenvolver, apostando na melhoria dos edifícios escolares, assim como dos espaços de recreio e lazer. Esse trabalho continuará a envolver os nossos parceiros privilegiados: Juntas de Freguesia e Agrupamentos de Escolas, que, como é reconhecido, tem dado excelentes frutos.

2.2 – SAÚDE

Como é do conhecimento geral, o Serviço Nacional de Saúde – SNS- é de inteira responsabilidade da Administração Central do Estado.

Todavia, pela importância que tal sector assume na promoção da qualidade de vida das populações, a Câmara Municipal de Barcelos sempre tem colaborado com os serviços centrais do Estado, no sentido da criação e melhoria das condições dos espaços físicos destinados à área da saúde, colaboração que se irá manter em 2005.

2.3 – ACÇÃO SOCIAL

No Município de Barcelos existe todo um legado de cooperação social que, nos últimos anos, se tem intensificado e que, em 2005, importa reforçar, ampliar e contratualizar, de forma a que as respostas sociais que a sociedade moderna exige tenham cada vez mais qualidade e sequência.

A acção da Câmara Municipal, no domínio da solidariedade e da acção social, desenvolver-se-á segundo a realidade do concelho, procurando corrigir ou esbater as assimetrias sociais que ainda se verificam na área do Município.

Neste projecto, a Autarquia em 2005 continuará a chamar como actores intervenientes e interlocutores privilegiados as diversas instituições da sociedade civil, cujo trabalho justifique que a Câmara Municipal mantenha a confiança que nelas vem depositando, e que se tem traduzido em apoios técnicos, financeiros e logísticos.

A Câmara Municipal continuará a reforçar a sua intervenção de uma forma coerente e integrada, no sentido de adequar cada vez mais às necessidades da população barcelense a rede de serviços e de equipamentos sociais existentes.

Assim, e na tentativa de encontrar respostas ajustadas às necessidades detectadas, iremos privilegiar algumas áreas de intervenção, promovendo programas de apoio, cujos objectivos são melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Continuaremos, no âmbito da habitação social, com o Programa de Apoio à Renda e Programa de Apoio à Habitação Social. Na acção social escolar, manteremos a nossa preocupação de facilitar o transporte a estudantes com carências, atribuindo-lhes o passe escolar; assim como prosseguirá o programa de atribuição de subsídios para aquisição de material didáctico, a alunos carenciados.

Manteremos a nossa participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Barcelos, no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado com o Instituto para o Desenvolvimento Social.

Sempre atenta à problemática da droga e à necessidade de investir na sua prevenção primária, a Câmara Municipal de Barcelos continuará no terreno com o Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências de Barcelos, tendo como entidades promotoras a Associação de Pais da Escola Secundária Alcaides de Faria e o GASC – Grupo de Acção Social Cristã.

Ainda nesta área, e para potenciar a integração profissional, a Câmara apoiará, através do programa “Vida Emprego”, o emprego a toxicodependentes que se encontrem ou tenham terminado processos de tratamento, quer em comunidade terapêutica, quer em regime ambulatorio.

A Autarquia manterá a sua adesão ao programa “Inserção Emprego”, no sentido de responder às necessidades dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Finalmente, vai ser dado, no ano de 2005, um importante passo para a instalação da Rede Social no nosso Concelho. A Rede Social define-se como um fórum de articulação e congregação de esforços, baseado na adesão livre por parte das entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que nela queiram participar, tendo como grande objectivo a promoção do desenvolvimento social para o concelho de Barcelos. A Câmara Municipal de Barcelos e o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social estão a levar a cabo a implementação deste programa, tendo já sido criado o Conselho Local de Acção Social, designado por CLAS.

A Câmara Municipal pretende dar continuidade a iniciativas e acções que se revelaram muito positivas, na resolução das carências nas áreas da habitação, educação, saúde, emprego e acção social, e que foram desenvolvidas no âmbito do Projecto de Desenvolvimento Integrado de Barcelos. Assim, a autarquia, em parceria com o Grupo de Acção Social Cristã, celebrou um protocolo com a finalidade de permitir a continuidade e o reforço das acções desenvolvidas no âmbito do extinto programa. Esta parceria tem como objectivos primordiais: criar um Centro de Apoio à Família e à Comunidade, Criação de um Centro de Atendimento e Apoio à Mulher Vítima de violência e maus tratos, entre outros.

2.4 – HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS

2.4.1 - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

No ano de 2005, será apresentada a Carta de Riscos Naturais, peça fundamental para uma correcta ocupação dos solos do concelho.

Estão a ser ultimados os trabalhos que culminarão na apresentação da proposta de revisão do Plano Director Municipal, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (C.C.D.R.).

Os estudos têm vindo a ser acompanhados pelas Juntas de Freguesia, cujos contributos para a definição dos perímetros urbanos, de cada freguesia, têm sido muito valiosos.

Depois da apreciação a que foram submetidos pela C.C.D.R. os planos de urbanização de Barcelos Norte/Nascente, Galegos St.^a Maria, Vila Seca/Gilmonde e o plano de pormenor dos terrenos da “Antiga Fábrica do Vouga”, aguarda-se, a todo o momento, a aprovação dos mesmos por parte daquela entidade, para serem submetidos a inquérito público.

Já foi apreciado pela Câmara Municipal, o plano de urbanização de Chorente, devendo, em breve, a equipa projectista apresentar o projecto do plano para ser colocado à apreciação e aprovação da C.C.D.R.

Foram apresentados os estudos prévios dos planos de urbanização de Vila Frescaíña S. Pedro e S. Martinho, pela equipa projectista, para apreciação pelos serviços municipais.

Será também apresentada a proposta de actualização do “Plano Estratégico da Cidade de Barcelos”.

Os trabalhos de requalificação da cidade continuarão, prevendo-se, entre outros, as intervenções na Rua Dr. Manuel Pais, Avenida João Duarte, Avenida Paulo Felisberto e Bairro da Misericórdia.

2.4.2 - SANEAMENTO

No seguimento das políticas já iniciadas neste sector, a Câmara Municipal continuará a desenvolver a construção de infra-estruturas de saneamento básico, nomeadamente de redes de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, no sentido de dotar com este tipo de infra-estruturas as zonas mais densamente povoadas, onde a adopção de soluções individuais é mais problemática.

Insere-se nessa actividade a execução deste tipo de infra-estruturas em diversas freguesias do concelho, incluindo a área urbana da cidade de Barcelos, onde se realizará uma gradual substituição das antigas redes de drenagem unitárias por redes separativas, caracterizando-se esta substituição pela demolição dos antigos aquedutos de granito e pela construção de redes de drenagem em colectores diferenciados para as águas residuais domésticas e para as águas pluviais.

Prevê-se, assim, que serão concluídas as obras em execução nas freguesias de Carvalhal, Silveiros, Rio Côvo St^a Eugénia, Abade de Neiva, Perelhal, Rio Côvo St^a Eulália, Adães e Várzea, Vila Boa (S. João) e Manhente.

À Estação de Tratamento de Águas Residuais de Barcelos, encontram-se já ligados os efluentes industriais, bem como as águas residuais urbanas, sendo objectivo a ligação de todas as redes das áreas previstas no Plano Geral de Saneamento do concelho de Barcelos.

2005 marcará o arranque do contrato de “Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do concelho de

Barcelos”, que estipula que, no prazo de 4 anos, 75% da população do concelho seja servida pela rede pública de saneamento.

2.4.3 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Novamente se reitera o objectivo prioritário que se pretende atingir nos próximos anos e que continuará a ter todo o empenho da Câmara Municipal. Trata-se da continuação a bom ritmo do abastecimento de água ao concelho de Barcelos.

Tal empenhamento vai no sentido, já definido em anteriores Planos de Actividades, de que novas redes de distribuição de água continuem a ser instaladas, proporcionando-se a um maior número de Municípios o acesso ao abastecimento de água, em condições adequadas de qualidade e quantidade.

Assim, continuarão a ser executadas diversas obras de construção de redes de abastecimento de água com origem no Sistema Multi-Municipal das “Águas do Cávado, S.A.”, que passou a abastecer este concelho, em Maio de 2000.

Neste contexto serão concluídas as redes nas freguesias de Adães, Airó e Moure.

Por outro lado, iniciaremos outras redes de distribuição de água a freguesias ainda não servidas. Estão nesta situação, as redes de distribuição a Negreiros, Macieira de Rates, Gual e Carreira.

Entretanto, em 2005, já estará em vigor o contrato de “Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do concelho de Barcelos”, o que fará com que, no prazo de 4 anos, 95% da população do concelho seja servida pela rede pública de abastecimento de água.

2.4.4 - PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O verdadeiro desenvolvimento de um país é o reflexo da atitude dos governos e dos cidadãos em relação ao ambiente. A atitude, por sua vez, depende da importância que cada um de nós dá ao tema, e é tanto mais significativa quanto mais esclarecidos estivermos sobre a contribuição das acções individuais para a preservação ambiental global.

A educação ambiental apresenta-se cada vez mais como a chave para um futuro em que o desenvolvimento sustentado e sustentável seja uma realidade vivida e sentida por todos.

Para esse efeito, estão previstas várias actividades que serão dirigidas aos estabelecimentos de ensino, às juntas de freguesia, às associações e ao público em geral. Como exemplo de actividades mais significativas, podem apontar-se: sessões de esclarecimento sobre temas como a fauna e flora autóctones, resíduos e água, oficinas de trabalho, visitas de estudo à ETA de Areias de Vilar, à ETAR de Vila Frescaíinha S. Martinho, ao Aterro Sanitário da RESULIMA, ao Horto Municipal e o acompanhamento de trabalhos que visem a preservação do meio ambiente.

Os projectos e os concursos promovidos pela autarquia têm tido boa aceitação por parte da população juvenil pelo que este ano teremos os seguintes projectos:

- - “Compostagem”
- “Linha de Participação Municipal”

e os seguintes concursos:

- “Retrato do Ambiente”
- “Histórias do Ambiente”

Está ainda prevista a realização de acções de formação sobre preservação ambiental e de jornadas técnicas.

2.4.5 - ESPAÇOS VERDES

Os espaços verdes no contexto urbano contribuem decisivamente para a qualidade de vida dos cidadãos.

Os jardins e os parques são construções culturais urbanas, dotadas de especialidades dinâmicas próprias. Constituem o reflexo da incidência do tempo. A natureza dos materiais com que se constroem prefixa a sua condição mutante. Assim, tendo em linha de conta as exigências e necessidades da sociedade moderna, como o aumento dos padrões de qualidade de vida, torna-se, por vezes, necessária a requalificação de alguns espaços nas suas vertentes estéticas, cénicas e funcionais e o aumento gradual de espaços verdes dotados de valências, que acompanhem o crescimento e as necessidades da população e da cidade.

No equilíbrio possível entre estas perspectivas complementares, acredita-se estar o caminho correcto a seguir e que tem sido adoptado pela Autarquia.

Através da nossa actuação, prevemos continuar a corporizar um conjunto de acções que reflectam esse cenário.

Serão endereçados esforços para prosseguir com o aumento da qualidade e quantidade do trabalho produzido, que se considera, continuará a passar também pelo investimento em equipamento, reflectindo-se necessariamente esse investimento, na produtividade do Serviço.

Desta forma, além da requalificação e/ou implantação de novos espaços e da eficaz gestão do património existente, constituirá também um objectivo do próximo ano, a continuação gradual da requalificação do Parque Municipal, iniciada com a optimização da rede de iluminação pública.

A quase totalidade das plantas utilizadas nos espaços verdes, continuará a ser produzida no Horto Municipal, o que consubstancia uma importante economia de recursos e tem permitido também a utilização de espécies com grande capacidade adaptativa. À semelhança do que aconteceu no passado, continuar-se-á a prosseguir esta vertente da política Municipal (produção de plantas em quantidades suficientes, aconselhamento técnico e disponibilização de plantas às Juntas de Freguesia e outras Instituições).

Constituirá também um objectivo importante para o próximo ano o acompanhamento e a gestão da elaboração do projecto de execução do Ecoparque de Areias de Vilar, que culminará com a sua finalização. Acredita-se que com a criação deste futuro e amplo espaço, com valências recreativas mas com acentuada vocação didáctica e pedagógica (área ambiental), se prestará um inestimável serviço à Comunidade, contribuindo para o reforço do que se entende dever constituir, uma verdadeira Cidadania Ambiental. Com a obra referida, espera conseguir-se também uma nova referência, uma nova identificação complementar para a Cidade, que possa igualmente funcionar como vantagem comparativa, e concorra para uma cada vez maior divulgação e conhecimento do Concelho.

2.4.6 - HIGIENE E LIMPEZA

Os resíduos produzidos pelas comunidades, o seu tratamento e destino final constituíram desde sempre, um problema para todos os responsáveis pelas políticas de ordenamento do território e pela qualidade de vida das populações. Um dos desafios que hoje se colocam é o da produtividade, mas é também o da inovação, da diferenciação e da gestão. O aumento do conhecimento e a velocidade da sua difusão terão que ser direccionados essencialmente para atingir a eficácia máxima na utilização dos recursos naturais e no uso que fazemos dos produtos e bens de consumo que deles derivam, directa ou indirectamente.

É portanto necessário o aumento da eficiência dos processos tecnológicos e o mesmo é dizer da eficiência da utilização de energia, de forma a inverter o incremento da produção de resíduos.

No entanto e infelizmente, a tendência continua ainda a ser o aumento progressivo da produção de Resíduos Sólidos Urbanos (R.S.U.). Os veículos de recolha da Autarquia, removem, percorrendo centenas de kms, por dia, milhares de toneladas, que são depositados no Aterro Sanitário de Vila Fria. Como é facilmente constatável, este serviço, constitui uma tarefa difícil e dispendiosa.

Tendo a Autarquia responsabilidades directas na remoção dos R.S.U continuar-se-á a proceder ao ajustamento da capacidade de resposta às novas e acrescidas necessidades, que passa necessariamente pelo investimento em novos equipamentos, que serão feitos na medida do que se entende adequado.

Assim, proceder-se-á à aquisição de novos veículos, ao aumento dos contentores de deposição e ao alargamento de alguns circuitos de recolha por forma a garantir o aumento progressivo da qualidade do serviço prestado.

Continuará também a Autarquia a incentivar, através da instalação de equipamento urbano de qualidade (papeleiras), o adoptar de comportamentos e atitudes que possam tornar economicamente mais racional a limpeza diária de mais de 30 kms das nossas ruas.

A eficácia da recolha selectiva implementada no concelho, é um claro exemplo da dependência do serviço e do seu êxito ou não êxito, dos comportamentos e atitudes dos cidadãos.

A quantidade de material depositado, recolhido e posteriormente reciclado, seja o vidro, o papel o cartão ou as embalagens dependem em ultima análise da atitude individual que é determinada pelo grau de consciência ambiental de cada um.

A Câmara Municipal continuará, em articulação com a Resulima, comprometida no desenvolvimento do sistema de recolha selectiva e reciclagem multimaterial dos R.S.U, procurando também o empenhamento e sensibilização dos agentes económicos e sociais do Concelho.

O conceito de desenvolvimento, ao invés da interpretação da há algumas décadas, deve ser visto hoje numa perspectiva moderna, como a medida da capacidade que possuímos para reduzir, reciclar e reutilizar os materiais e abandonar um modelo de sociedade, que deita fora, e substitui mais facilmente e depressa, do que pensa em reparar e reutilizar.

2.5 – SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS

2.5.1 – CULTURA

A cultura tem assumido uma importância cada vez mais crescente, sendo um dos seus dados mais visíveis, o maior número de actividades culturais, cada vez mais diversificadas e com maior qualidade e afluência de público.

A política cultural seguida pela autarquia tem procurado ser coerente, obedecendo aos critérios previamente definidos, quer pelo pelouro, quer por cada um dos organismos dele dependentes, procurando-se uma calendarização criteriosa que ajude a fomentar hábitos de cultura e facilite a comunicação entre o público e os agentes culturais.

Indispensável neste processo têm sido a procura de parcerias com outras entidades e instituições, locais e nacionais, bem como a celebração de contratos-programa, o que traz vantagens em termos económicos e promocionais.

A este propósito valerá a pena referir a aprovação do Projecto Informático da Biblioteca Municipal pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, processo que se vinha arrastando há já alguns anos, e que vai dotar esta instituição de equipamento e de recursos que permitirão, a breve prazo, a consulta do catálogo e o empréstimo domiciliário de forma automatizada e disponibilizar ainda o catálogo na Internet. Deste modo, os munícipes poderão aceder a diversos serviços directamente e via Internet, nomeadamente, consultar o acervo (monografias, periódicos e material não-livro), efectuar reservas, consultar as últimas aquisições, etc.

Numa segunda fase, proceder-se-á à substituição do sistema informático de gestão da biblioteca, após o qual será elaborado um “Catálogo Colectivo Municipal” que permitirá a interligação de todas as bibliotecas e pólos de leitura concelhios.

Numa fase posterior, o mesmo catálogo permitirá ainda interligar todas as bibliotecas escolares do concelho de Barcelos.

Desta forma, reafirmamos e reforçamos o compromisso desta autarquia em dotar o concelho de meios que possibilitem o livre acesso ao livro e à leitura.

Estamos conscientes de que o desenvolvimento das sociedades modernas transformou a capacidade de leitura numa competência técnica e num direito cívico dos indivíduos. No domínio das práticas de leitura, a competência técnica e a condição de cidadania encontram-se profundamente entrecruzadas. Pode dizer-se que um défice de competência técnica equivale a um défice de cidadania. Por isso, o acesso e a prática de leitura são problemas de primeiro plano nas sociedades democráticas.

Ainda no domínio da Leitura Pública, depois de termos aberto ao público o Pólo de Leitura de Arcozelo, iremos prosseguir a implantação de Pólos de Leitura em edifícios escolares devolutos.

A difusão do livro e da leitura é feita no nosso concelho pela Biblioteca Municipal que se insere num tecido urbano e num contexto social definido, pelo que os objectivos que se propõe atingir tem que ser confrontados com as necessidades locais. Daí a procura de uma descentralização gradual por vários Pólos de Leitura.

Os Pólos de Leitura têm por fim facilitar o acesso ao livro, levando-o o mais possível à intimidade do leitor onde quer que ele se encontre. Deverão atraí-lo para o distrair, para lhe dar a conhecer o que é a vida e o que é ele mesmo, prepará-lo para compreender, enfrentar e dominar os problemas do existir. Para o conduzir a um estado de consciência clara, orientada no sentido de uma extensa e profunda compreensão de si próprio e do mundo.

No âmbito dos projectos da Leitura Pública merece destaque o Projecto “Porque Ler é importante...” projecto co-financiado pela comunidade europeia e que visa desenvolver competências de leitura, informação e comunicação, incentivar o gosto pela leitura, através de

estratégias adequadas à idade, estimular a leitura no sentido lúdico, contribuir para a construção de um sentido de cidadania activo e informado, combatendo a iliteracia e o analfabestismo funcional.

Neste domínio realizar-se-ão várias iniciativas, nomeadamente “Hora do Conto”, “Escrita Criativa”, “Ateliês de Poesia”, “Encontro com Escritores e Ilustradores”, “Ateliês de Teatro”, “Workshops” e “Exposições Itinerantes”.

No âmbito das Bibliotecas Escolares, e já integrados na Rede de Bibliotecas Escolares desde o ano transacto, iremos manter e aprofundar a política de apoio às Bibliotecas Escolares que se traduzirá num apoio técnico e de animação cultural.

Assim, estamos certos, serão criadas as condições necessárias para um acesso mais fácil e directo ao livro e à leitura que permitirá formar cidadãos cada vez mais conscientes e participativos.

No que diz respeito ao apoio à edição de autores barcelenses, para além de outros apoios significativos que levaram à publicação de diversas monografias das nossas freguesias e de obras de ficção destes autores, merece destaque a parceria com a Editora Campo das Letras, com o lançamento do livro de contos do escritor barcelense, infelizmente já falecido, Fernando Lopes, intitulado “Ainda Se Morre em Veneza”. Um dos mais consagrados ficcionistas barcelenses vê, agora, o seu livro de contos publicado, o que é de inteira justiça.

Relativamente ao Museu de Olaria, vai ser objecto de uma conservação preventiva, com a aquisição de diversos equipamentos, bem como será contratado pessoal especializado na área educativa, de forma a promover ainda mais a qualificação dos serviços educativos do museu. Tal será possível, depois do já celebrado acordo entre esta autarquia e o Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus.

A nível de recintos culturais, valerá a pena referir o projecto de recuperação do Teatro Gil Vicente, cujas obras foram adjudicadas recentemente e cujo prazo de execução é de 12 meses.

Todos nós temos consciência quanto é importante para os barcelenses a recuperação deste espaço cultural, por onde passaram milhares de pessoas, quer vendo filmes, quer assistindo a representações de teatro, quer assistindo às mais diversas conferências.

O Teatro Gil Vicente está no coração dos barcelenses e, por isso, a Câmara Municipal vai restituir-lhe a dignidade e a funcionalidade que ele merece.

No âmbito da juventude, tem-se destacado a “Mostra de Arte Jovem” e o “Barcelos para a Música”, que traduz o esforço criativo dos jovens barcelenses e revela uma aposta no seu valor e afirmação.

Mas a dinamização cultural, nas suas diferentes valências, não diz respeito apenas à autarquia, mas deve envolver as escolas, as associações culturais e recreativas, as organizações de diversas índole, os agentes económicos, enfim, o cidadão comum.

Prosseguindo as ideias força que definimos para a presente década, continuaremos a privilegiar o esforço de dotar o Concelho e a Cidade de infra-estruturas e dos recursos necessários à criação de uma rede de recintos culturais e de espaços multimédia, à protecção e conservação do património, à valorização e difusão da leitura e do livro e ao estímulo a expressões diversificadas de criatividade artística e cultural.

2.5.2 - DESPORTO, RECREIO E LAZER

O desporto, enquanto actividade de lazer, recreio e saúde faz, cada vez mais, parte integrante da vida das pessoas e das comunidades, representando, de entre os vários domínios da acção humana – cultura, educação, economia, ciência, saúde, um importante desafio às sociedades de hoje.

Seja por mera actividade lúdica, seja por preocupação do bem estar físico e psíquico, ou até por recomendação médica, as práticas desportivas conhecem, ao nível primário, um surto de desenvolvimento sem precedentes, ocasionando um extraordinário aumento do fenómeno da procura e da oferta nos campos desportivo-recreativo.

Neste âmbito e perante esta realidade, aos municípios compete implementar políticas de desenvolvimento desportivo, que passam necessariamente por uma boa estruturação e organização da formação desportiva e por uma lógica coerente de criação de infra-estruturas de qualidade, de forma a proporcionar aos seus munícipes as condições básicas para que possam ter oferta de espaços, serviços e bens, que correspondam às suas expectativas e aos seus desejos.

Ao passo que a formação se situa no quadro das actividades curriculares, quer seja nas escolas, quer seja nos clubes ou associações desportivas, os investimentos em infra-estruturas obedecem a uma lógica articulada de parceria entre as Autarquias, o Estado e as Associações Desportivas.

O acesso à educação, ao bem estar físico e à saúde, através de uma prática desportiva orientada, em espaços desportivos bem equipados, é um direito que assiste a todos, com especial incidência nos jovens e, entre estes, os que estão em idade escolar.

Simultaneamente, o desporto – mormente o desporto escolar – deve promover a saúde e a condição física, bem como a educação moral, intelectual e social da juventude, no

respeito absoluto pelo direito à individualidade e à diferença, partindo do princípio de que a actividade desportiva deve servir para exaltar o primado da educação.

Para que se dê resposta efectiva aos desafios apontados, as políticas municipais devem ter em conta os seguintes objectivos genéricos:

- Criar condições para a prática desportiva, tendo em vista as aspirações, motivações e necessidades das populações;
- Criar melhores condições de acesso às actividades desportivas para um maior número de cidadãos dos diversos grupos etários da população;
- Dotar a cidade e as freguesias de espaços com qualidade e equipamentos adequados para a prática desportiva;
- Estimular a prática do Associativismo, proporcionando aos clubes que se dedicam à promoção do desporto condições e meios para a melhoria da qualidade do serviço que prestam à comunidade;
- Conceder diversos tipos de apoio ao associativismo desportivo.

São estes objectivos que marcarão a actividade e os investimentos da Câmara Municipal de Barcelos no ano 2005, na área do desporto.

2.5.3 - JUVENTUDE E LAZER

Barcelos é um concelho eminentemente jovem (37% da população residente). A nossa juventude prima pelo dinamismo, verificando-se grande número e eclectismo de associações juvenis. Existe, já, no nosso concelho, um variado leque de oferta de actividades sistematizadas - promovidas pela autarquia, ou organizadas pelas diversas entidades da sociedade, que permitem a possibilidade de participação de milhares de jovens.

Barcelos dispõe actualmente de um serviço juvenil - Fórum Jovem, que constitui o espaço de acção do Pelouro da Juventude, onde, de forma continuada, se desenvolve um conjunto de actividades, que passam pela disponibilização de informação variada, acerca de actividades e programas juvenis nacionais e internacionais, de escolas, cursos, emprego, universidades, arrendamento jovem, constituição e formalização de associações, etc.. Além da vertente informativa, o Fórum dinamiza actividades em diferentes áreas (informática, área das expressões, música, dança, teatro, associativismo, moda, oralidade e dicção), e disponibiliza recursos informáticos e acesso à Internet.

Mas a dinâmica demonstrada pela nossa Juventude exige mais. Assim, a Câmara Municipal de Barcelos candidatou-se a um projecto de Secretaria de Estado da Juventude, para a instalação em Barcelos de uma “Loja da Juventude”, que, a concretizar-se, se traduzirá num crescimento e melhoria efectiva de toda a actividade direccionada para os jovens.

A Loja da Juventude contemplará “cybercentro” ou sala de informática, espaços para formação, sala polivalente, espaço para biblioteca e mediateca, centro de recursos, espaço para laboratório de fotografia, espaço para bar concerto, e espaços de exposições.

3. FUNÇÕES ECONÓMICAS

3.1 – INDÚSTRIA E ENERGIA

3.1.1 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Para além da segurança que o estabelecimento de sistemas de iluminação introduz na circulação de pessoas e bens importa actuar no sentido de minorar a poluição luminosa e atingir uma maior racionalização no consumo de energia. Para o efeito, e com o apoio do Programa Energia, iniciar-se-á uma prática de substituição de luminárias de vapor de mercúrio por vapor de sódio.

Na cidade, concretamente na Rua Dr. Manuel Pais, Avenida João Duarte e no Centro Histórico, haverá intervenções no sistema de iluminação pública no sentido de melhorar a sua eficiência.

Prosseguirá o esforço de dotar as vias que servem as áreas urbanas do concelho com iluminação pública.

3.2 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.2.1 - TRANSPORTES PÚBLICOS

Procurando o município proporcionar elevados padrões de mobilidade, é seu objectivo potenciar a utilização crescente dos meios de transporte colectivo. É neste contexto que acompanha activamente o estudo do sistema de mobilidade regional de transportes, abrangendo todo o vale do Cávado, que se encontra em fase final de elaboração no âmbito de um protocolo celebrado entre a Associação de Municípios do Vale do Cávado e a Direcção Geral de Transportes Terrestres.

Este estudo inclui especificamente a caracterização de todo o sistema de transportes da região, incluindo o desempenho da rede viária, o nível de serviço actual dos sistemas, potenciais acessibilidades, nomeadamente aos pólos escolares, de desenvolvimento industrial, áreas de crescimento urbano, pólos turísticos e outros, bem como a conectividade entre os municípios de toda a região, o que permitiu a definição de estratégias de transporte coerentes, integrando os vários modos de transporte, incluindo o ferroviário.

Constitui, neste âmbito, uma aposta do Município, a criação de condições que permitam a potenciação do transporte ferroviário, através da ligação da estação ferroviária ao Centro Coordenador de Transportes, já em funcionamento.

Pretende ainda o município promover a implementação de um sistema de transportes urbanos e apostar conjuntamente com os operadores inter-urbanos na melhoria substancial do serviço que estes prestam, nomeadamente ao nível do transporte escolar. Esta acção, dará continuidade ao esforço que o Município vem exercendo, e passará, em grande medida, pela adaptação dos percursos e das frequências, pela exigência de utilização de melhores viaturas de transporte e pela construção contínua de abrigos de espera de passageiros de grande qualidade estética e funcional.

3.2.2 - REDE VIÁRIA

Com a celebração recente de um protocolo de colaboração com a Administração Central, será possível, para além da construção do lanço final da circular urbana da cidade, realizando o nó de Gamil, o estabelecimento de importantes acessibilidades urbanas, alternativas a estradas nacionais, cujo nível de serviço actual é claramente deficiente.

Pretende-se neste contexto iniciar a construção das variantes à EN 306, via importante para a estruturação e fecho da malha urbana principal da rede viária constituinte do complexo rodoviário, aonde se apoia, de forma muito marcada, a estrutura do Plano de Urbanização de Arcozelo, constituindo, por isso, a sua construção uma prioridade.

Também a variante à EN 205, cuja 1.^a fase se pretende iniciar, permitirá o estabelecimento de uma acentuada melhoria nas condições de segurança do acesso da área nascente à área urbana do município, consolidando o desenvolvimento urbano e do tecido empresarial da área sub-urbana do concelho.

Continuar-se-à o esforço de conservação e beneficiação da rede viária municipal, sobretudo, melhorando as condições de segurança, associadas a novos padrões de qualidade nas intervenções realizadas por todo o concelho, na tentativa, não somente de conservar a rede, mas também requalificando, sempre que possível, os espaços.

Neste contexto, prevê-se a conclusão de várias empreitadas iniciadas nos anos anteriores e o início de muitas outras, com especial ênfase na requalificação de grandes eixos viários de ligação inter-freguesias e na execução de vias com carácter estruturante para as diversas freguesias.

Será, ainda, prestada especial atenção às obras de arte, destacando-se a construção da ponte sobre o ribeiro das pontes em Arcozelo e Tamel S. Veríssimo, e a ponte sobre o rio

Neiva em Panque, para além das acções de conservação corrente a levar a efeito no âmbito dos serviços municipais.

Saliente-se ainda as intervenções previstas nas acessibilidades imediatas dos edifícios escolares, beneficiando não só a acessibilidade, mas também requalificando fortemente a envolvente de vários edifícios escolares do 2º e 3º ciclos, o que complementará o esforço do Município na construção de equipamentos de educação e desporto.

Uma referência especial às vias, inseridas em espaço rural, a construir ao abrigo do Programa AGRIS, concretamente nas freguesias de Negreiros, Fragoso e Macieira.

O investimento global previsto na área das acessibilidades ascende a mais de 10.300.000€, o que traduz um incremento orçamental significativo relativamente ao ano em curso.

3.2.3 – SINALIZAÇÃO

O esforço continuado do Município na melhoria da sinalização, quer urbana, quer rural, será acentuado em 2005, prevendo-se, com a concretização das candidaturas ao abrigo do DL n.º 16/2000, a renovação da sinalização da cidade e a implantação de sinalização um pouco por todo o concelho, disciplinando o tráfego, e permitindo, conjuntamente com a acção conservativa sobre os pavimentos, incrementar significativamente os níveis de segurança da circulação nas estradas municipais.

Tal objectivo será reforçado com a instalação de dispositivos complementares de balizagem e segurança.

Pretende o Município continuar a apresentar junto da Administração Central novas candidaturas na área da sinalização, iluminação de passadeiras e correcção geométricas de intercepções.

Especial atenção será prestada à sinalização de carácter direccional e indicativo, prosseguindo o trabalho já realizado, por forma a melhorar os índices de satisfação na circulação urbana.

3.3 - COMÉRCIO E TURISMO

3.3.1 - MERCADOS E FEIRAS

Prosseguirá a elaboração do projecto de Reversão e Recuperação do Mercado Municipal.

A necessidade de recuperar as instalações, bem como de ordenar e redimensionar as capacidades instaladas, torna urgente a intervenção física. O Plano prevê já o início da obra de construção civil.

3.3.2 – TURISMO

A realidade turística do concelho tem sido incrementada, no último quinquénio, fruto de uma visibilidade turística mais alargada, no contexto do Porto e Norte de Portugal, e da política de comunicação encetada com os agentes turísticos locais e com o TRADE. Naturalmente, que as acções estruturantes de promoção, animação e comunicação dos Serviços de Turismo da edilidade têm potenciado esta realidade. Urge, contudo, agora, redefinir e reforçar a tipologia de acções encetadas em virtude dos elementos que passamos a citar:

- Aparecimento de recursos de fixação, nomeadamente infra-estruturas hoteleiras na cidade, que permitem capitalizar parte do intenso fluxo de turismo de passagem registado na cidade, potenciando ao mesmo tempo um maior impacto do turismo na economia local;

- As novas tendências de Procura Turística promoveram alguns dos recursos concelhios a elementos de valor estratégico e, como tal urge a necessidade de organizar os mesmos de forma a serem elegíveis no contexto do produto turístico local e regional;

- Necessidade de encetar acções estruturantes no turismo concelhio, por forma a fazer do concelho um espaço turístico, um “território”, referência dentro da Marca “Minho”, que cada vez mais se afirma como um “Destino”.

O plano que estes serviços projectaram para o ano de 2005 visa adoptar a estratégia de acção à nova realidade existente no concelho, com a abertura de mais duas unidades de alojamento na cidade. Em termos técnicos, para além de promover a organização da oferta turística, nomeadamente dos recursos primários, visa também criar elementos de atracção muito fortes ao concelho. Esta situação passa por uma nova filosofia de animação e promoção e pelo aparecimento de novos Produtos Turísticos. Imbuídos deste espírito, os serviços de Turismo de Barcelos refazem para o ano de 2005 os seis eixos estruturantes que encerram a vertente operacional da estratégia destes serviços:

- Reforçar a concertação com os diversos agentes turísticos concelhios, nomeadamente os empresários do Turismo no Espaço Rural, Hotelaria Clássica, Restauração e Similares de Hotelaria, Produtores de Vinho, no sentido de enaltecer a imagem turística do concelho e encetar acções que promovam a cada vez maior visibilidade turística do concelho, assim como dar continuidade ao trabalho já realizado;

- Promover e encetar uma estratégia de animação diferenciada, sustentada nos atributos e recursos locais, de forma a promover uma animação que nos diferencie das tipologias de animação existentes. Para o efeito, recorrer-se-á aos agentes culturais e turísticos do

concelho e às associações locais. Estas acções visam também promover a capacidade de fruição do centro histórico de Barcelos enquanto espaço turístico de eleição de toda a região Minhota. Paralelamente, abrir uma nova forma de actuação que visa o desenho de actividades que potenciam acções no mundo rural, promovendo os atributos de fixação nas unidades de turismo no espaço rural. Encetar actividades de animação turística de dimensão regional e nacional de forma a fixar pessoas nas unidades de alojamento da cidade;

- Promover uma estratégia de Promoção Turística dirigida para o mercado interno e de proximidade, alicerçado num plano de promoção em Feiras, Seminários e certames em Portugal e na vizinha Espanha. As “acções de charme” e educacionais para operadores e imprensa são também instrumentos onde se personaliza este eixo. Definição de um plano de promoção em revistas da especialidade com difusão junto do TRADE. Paralelamente a estes elementos importa referenciar uma política de realização de eventos técnicos de dimensão regional e nacional como forma de promover a realidade turística concelhia e, em especial, os produtos turísticos estratégicos, especialmente aqueles que diferenciam o concelho;

- Sinalização Turística dos recursos turísticos locais de forma conferir visibilidade ao potencial existente no concelho, ao mesmo tempo que se criam melhores condições de fruição e organização da oferta turística local. Acção esta facilitada pelos trabalhos do PDM em curso, nomeadamente do relatório sectorial do turismo, tendente a definir áreas de interesse, protecção e vocação turística no concelho de Barcelos, conforme Carta Turística;

- Definição de medidas de planeamento e organização do turismo e das suas actividades no concelho de Barcelos, no âmbito do relatório sectorial do Plano Director Municipal;

- Promoção e Valorização do artesanato local, através da concretização dos projectos de certificação em curso, definição de um programa de exposições, participação em feiras, realização de seminários e workshop’s técnicos, definição de rotas turísticas, actividades de

animação com relacionadas com o artesanato local, sinalização turística e incentivos à actividade artesanal;

- Aproveitando as sinergias das alíneas a) e d), definir e lançar novos produtos turísticos alicerçados no Enoturismo, Turismo no Espaço Rural, Mundo Rural, Artesanato, Turismo Ambiental e Património Cultural e etnográfico.

4. OUTRAS FUNÇÕES

4.1 – TRANSFERÊNCIA ENTRE ADMINISTRAÇÕES

- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Pelo sucesso que tem caracterizado as relações com as Autarquias Locais mantêm-se em vigor os Protocolos mediante os quais serão realizadas intervenções em Jardins de Infância e Escolas Primárias.

- COMPARTICIPAÇÕES

No ano de 2005, prosseguirá o apoio da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia, quer na componente logística, quer financeira, no sentido de resolver o esgotamento da capacidade dos respectivos Cemitérios, adquirindo terrenos e custeando a obra de ampliação .

De igual modo continuará o apoio, uma vez mais financeiro e logístico, materializado na aquisição do terrenos e na elaboração dos projectos, para dotar todas as Autarquias de instalações apropriadas, dignificando deste modo a função que desempenham

Identicamente, a Câmara Municipal apoiará as autarquias nas suas iniciativas que visem criar, melhorar ou manter as suas instalações de natureza desportiva e cultural.

- EMPRESAS MUNICIPAIS

A Câmara Municipal de Barcelos continuará a celebrar contratos-programa com as empresas municipais, de natureza Desportiva e de Educação e Cultura, para assegurar a prossecução dos objectivos para as quais foram criadas.

CAPÍTULO III

ORÇAMENTO

RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS

ORÇAMENTO DA RECEITA

ORÇAMENTO DA DESPESA

OPÇÕES DO PLANO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO



ORÇAMENTO



OPÇÕES DO PLANO



MUNICÍPIO DE BARCELOS

O Presidente da Câmara

(Fernando Ribeiro dos Reis, Dr.)

Os Vereadores

(Mário Constantino Araújo Leite Silva Lopes, Dr.)

(João Macedo Lourenço, Dr.)

(Manuel Carlos da Costa Marinho, Eng.º)

(Carlos do Carmo Pereira Quinta e Costa)

(Félix Falcão de Araújo, Dr.)

(Miguel André Pimenta Silva Miranda de Andrade, Dr.)

(Joana de Macedo Garrido Fernandes, Dr.ª)

(Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Dr.)